

COMENTÁRIOS AO ARTIGO: INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL

PAULO DE MARTINO JANNUZZI

Fiquei muito lisonjeado em saber que o artigo “Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil” tenha sido acessado de modo frequente ao longo dos últimos vinte anos desde sua publicação nessa prestigiosa revista. Ainda mais honrado fiquei em saber que o texto acompanha outros artigos que foram e continuam sendo referência no campo da administração pública brasileira, escritos por colegas ou professores que conheci na minha formação e trajetória no serviço público.

Para a publicização do meu artigo contou certamente minha atuação, desde 2001, como professor em disciplinas relacionadas à gestão de políticas públicas nos programas de formação e de pós-graduação da Escola Nacional de Administração Pública, curadora da revista. À época fui estimulado a escrever e submeter um texto curto e didático para servir de referência de leitura aos alunos da escola, que crescentemente procuravam se aprofundar nos instrumentos e



técnicas de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos.¹

Vivenciava-se, então, dez anos depois da Constituição Federal de 1988, um momento de intenso debate público sobre a necessidade e urgência de ações governamentais que pudessem atender de modo mais efetivo as diversas demandas da sociedade brasileira. A ampliação do escopo e cobertura dos programas públicos ao longo dos anos 2000 e a retomada dos concursos para técnicos de planejamento e gestão governamental nos vários ministérios havia criado a necessidade de uma formação mais instrumental no campo das políticas públicas. De um lado, novos programas sociais demandavam a elaboração de diagnósticos mais aprofundados acerca dos seus públicos-alvo, das suas condições de vida e da capacidade de gestão dos agentes envolvidos. De outro, os programas existentes demandavam a estruturação de sistema de indicadores de monitoramento para gestão no complexo contexto de operação interfederativa dos mesmos. Por fim, era cada vez mais necessária a realização de estudos para identificar os nós críticos de implementação dos programas e para avaliar os resultados e impactos alcançados. Com esses instrumentos esperava-se dispor de subsídios para redesenhar processos, ampliar a cobertura dos serviços e aprimorar a efetividade das ações das três esferas de governo. O artigo prestava-se, assim, a uma introdução à então emergente cultura de uso de evidências no processo de políticas públicas.

Esse “espírito da época” ensejou também, no âmbito do governo, a proposição de novos levantamentos estatísticos, esforços na qualificação dos cadastros públicos e empenho na organização e publicização de indicadores produzidos a partir dos registros administrativos de programas governamentais. O IBGE ampliou significativamente sua produção de estatísticas sociais, estruturando novas pesquisas, estudos e publicações. INEP, Datasus e departamentos específicos nos ministérios também se engajaram nesse processo de produção, disseminação e uso de informação para gestão de políticas públicas (JANNUZZI, 2017).

Essas iniciativas de produção e disseminação de indicadores responderam, para além das necessidades das políticas públicas, à demanda por informação por

¹ Agradeço ao José Luiz Pagnussat por me sugerir a produção desse texto e pelo convite a vários programas de formação na escola, no que também não poderia deixar de agradecer à Sandra Hollanda, Elizabeth Ferrarezi, Stella Reis, Paula Costa, Claudia Antico, Ligia Camargo, Klédina Silva, Adélia Zimbrão, Marizaura Camões, Márcia Rocha, Bruna Tenório, Paulo Carvalho, Paulo Marques, e tantos outros colegas da Enap. Parte significativa de minha reflexão e produção acadêmica se deve às interações com eles, alunos e outros professores na escola.

maior transparência da ação governamental, para *advocacy* de organizações da sociedade civil e para aprofundamento analítico da pesquisa em Ciências Sociais no país. Nesse sentido, desde sua publicação em 2004, o texto tem contribuído para introduzir a temática junto a diferentes públicos leitores nas universidades, nos movimentos sociais, organismos multilaterais e escolas de governo.


Enquanto as políticas públicas gozaram de prestígio governamental, os indicadores fizeram diferença no país. Sem estatísticas e indicadores, as políticas e programas sociais não teriam melhorado seu desenho e garantido a efetividade que muitas delas alcançaram, como nos casos das políticas de segurança alimentar e assistência social (JANNUZZI, 2022). Assim, espero que o texto – em boa medida ainda atual- possa continuar contribuindo para a construção de um país mais justo, coeso e desenvolvido.

REFERÊNCIAS

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2017.

JANNUZZI, P.M. *Estatísticas públicas e o combate à fome e à pobreza: afinidades eletivas que fizeram diferença nos resultados da ação governamental*. In: MELLO, J. *et al.* Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. 1 ed., Brasília: Ipea, v.1, p. 495-520, 2022.

Paulo de Martino Jannuzzi

 <https://orcid.org/0000-0003-3528-7497>

Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. Professor colaborador da Escola Nacional de Administração Pública e da Universidade Federal de Goiás. Foi Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Membro do Painel de Especialistas em Avaliação do International Evaluation Office do PNUD em Nova York.

paulo.jannuzzi@ibge.gov.br